

“A DESCOLONIZAÇÃO DAS MENTES E DOS CORAÇÕES”: A atualidade do pensamento de Amílcar Cabral para as Relações Internacionais

'The Decolonisation of Minds and Hearts': The Relevance of Amílcar Cabral's Thought for International Relations Today

Rodrigo Corrêa Teixeira

Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia e do Departamento de
Relações Internacionais da PUC Minas, Brasil
rteixeira@pucminas.br

Thiago Bernardo Lima

Bacharel em Relações Internacionais pela PUC Minas
Mestrando no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC Minas, Brasil
thiagoblina123@gmail.com

Santa Quintino Lima

Pesquisadora de Instituto Guineense de Pesquisa Aplicada para o Desenvolvimento e pesquisadora
associada do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), Guiné-Bissau
Mestranda em Relações Internacionais na PUC Minas, Brasil
Sambelima12@gmail.com

Vinícius Tavares de Oliveira

Professor do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas, Brasil
vtavares@pucminas.br

Recebido: 02/11/2025
Aceito: 05/12/2025

Resumo

O campo de Relações Internacionais desenvolveu-se a partir de uma perspectiva eurocêntrica, tanto em seus fundamentos ontológicos – ancorados no sistema interestatal de Westfália – quanto em sua construção epistemológica, consolidada após a Primeira Guerra Mundial. Como consequência, suas principais correntes teóricas foram moldadas para interpretar a realidade dos atores europeus, silenciando dinâmicas e experiências do Sul Global. O pós-colonialismo surge como um esforço de ruptura com essa hegemonia, reivindicando a inclusão de vozes e epistemologias marginalizadas. Neste contexto, o pensamento de Amílcar Cabral apresenta-se como uma contribuição fundamental para a crítica ao colonialismo, ao imperialismo e ao neocolonialismo. Mais do que um líder revolucionário, Cabral teorizou sobre cultura, luta armada e libertação nacional, conectando a resistência anticolonial a um projeto político de emancipação e de autodeterminação. Este artigo analisa a atualidade de suas formulações e discute a necessidade de uma descolonização epistemológica das Relações Internacionais, destacando a pertinência de sua obra para o entendimento das desigualdades globais e das estruturas persistentes de dominação no sistema internacional.

Palavras-chave: Amílcar Cabral; Geopolítica; Relações Internacionais; Sul Global; Teoria Decolonial.

Abstract

The field of International Relations was developed from a Eurocentric perspective, both in its ontological foundations—anchored in the Westphalian state system—and in its epistemological construction, which was consolidated after World War I. As a result, its main theoretical frameworks were designed to interpret the reality of European actors, silencing the dynamics and experiences of the Global South. Postcolonialism emerges as an effort to challenge this hegemony by advocating for the inclusion of marginalised voices and epistemologies. In this context, Amílcar Cabral's thought stands as a fundamental contribution to the critique of colonialism, imperialism, and neo-colonialism. More than a revolutionary leader, Cabral theorised about culture, armed struggle, and national liberation, linking anti-colonial resistance to a broader project of emancipation and self-determination. This article examines the relevance of his formulations today. It discusses the need for an epistemological decolonisation of International Relations, emphasising the importance of his work for understanding global inequalities and the enduring structures of domination in the international system.

Keywords: Amílcar Cabral; Geopolitics; International Relations; Global South; Decolonial Theory

1. INTRODUÇÃO

O campo de Relações Internacionais (RI) se constituiu a partir de uma realidade europeia, seja em um aspecto ontológico – a partir dos acordos de Westfália –, seja em um aspecto epistemológico – com a fim da primeira guerra mundial e a fundação da primeira cátedra no País de Gales. Desse modo, os referenciais teóricos e metodológicos ficaram restritos ao ambiente europeu; ou seja, os fundamentos, premissas e temas abordados pelos autores do campo se referiam à realidade dos atores europeus. O pós-colonialismo¹, enquanto vertente do campo de RI, buscou quebrar esses padrões e questionar não apenas alguns conceitos, categorias e assuntos do campo, mas também sua própria fundação. Esse movimento surge como resultado da onda de independência que ocorreu na metade do século XX, e que, em sua maioria, buscavam romper com as tradições herdadas das potências coloniais. Desse modo, as perspectivas pós-coloniais evidenciam que toda narrativa da modernidade que desconsidere os efeitos do colonialismo na construção das relações de poder não é apenas insuficiente, mas também reflete uma determinada ideologia (Castro-Gómez, 2005; Jones, 2006).

Estudar e refletir a partir das realidades dos atores do Sul Global, portanto, é um caminho cada vez mais necessário para o campo de RI, especialmente entre aqueles

¹ O pós-colonialismo aqui diz respeito a essa série de perspectivas, tradições, conceitos e entendimentos sobre questões envolvendo poder, cultura, identidade entre outros temas presentes nas realidades desses atores. Embora, nesse artigo, o foco seja mais sobre autores africanos, o pós-colonialismo se relaciona com as mais diferentes realidades do sul global, seja ela de África, Ásia ou América do Sul.

situados no Sul Global. Justamente ao ampliar a compreensão teórica do campo, trazendo autores como Frantz Fanon (1968), Homi Bhabha (1990; 2007), Edward Said (1978), Ngũgĩ wa Thiong'o (1986) e Gayatri Spivak (1987), é que se torna possível analisar e entender uma série de dinâmicas internacionais que antes eram relegadas pelas teorias *mainstream* – como liberalismo², realismo³ e construtivismo⁴. Sem essa ampliação teórica, questões como a raça e as epistemologias nativas de povos oprimidos são silenciadas pelas correntes tradicionais e, conseqüentemente, revelam pouco sobre a realidade de grande parte dos atores do sistema internacional. Assim, consideramos que olhar somente para as correntes clássicas do pensamento de RI não é apenas insuficiente para a compreensão dos fenômenos e dilemas dos países e populações do Sul Global, mas também conduz esses países a debater problemas que não estão inseridos em seu contexto, ou que são muito menos urgentes. É a partir desse esforço, de trazer à luz os autores do Sul Global para compreender os dilemas e as contradições enfrentados nessa realidade, que essa pesquisa se insere.

Amílcar Cabral foi um importante líder e intelectual revolucionário de Guiné-Bissau e Cabo-Verde, que ajudou a conduzir ambos os países ao processo de descolonização. Mais do que um arquiteto do processo revolucionário, Cabral foi um estudioso das questões agrária, social, política e econômica não só de Guiné-Bissau e Cabo-Verde, mas da África como um todo. Seu pensamento foi de extrema importância para o movimento pan-africanista nas décadas de 50 e 60, e ele se firmou como um dos mais importantes revolucionários do século XX.

Já em sua época, Cabral foi um diplomata e um internacionalista exímio. Seu pensamento e obra, embora majoritariamente concentrados em compreender a realidade local de sua luta revolucionária, não compreendiam a luta africana como algo separado. Pelo contrário, Amílcar Cabral compreendia o continente africano em sua totalidade, afirmando que as divisões existentes no continente eram mais fruto de uma separação colonial, visando facilitar a conquista europeia. O autor não ignorava as distinções presentes no continente e afirmava que cada realidade deveria ser compreendida a partir

² De modo geral, as correntes realistas, neorealistas e realistas neoclássicas, a despeito de suas diferenças, compreendem o cenário internacional como um ambiente anárquico, em que cada Estado vai buscar maximizar seus ganhos. Numa lógica de auto-ajuda. Autores dessa corrente tem como base teórica as obras maquiavélicas e hobbesianas (Smith; Dunne; KURKI, 2010).

³ De modo geral, as correntes liberais e neoliberais, a despeito de suas diferenças, compreendem o cenário internacional como um ambiente anárquico, mas que, diferentemente do realismo, os atores do sistema internacional podem buscar a cooperação, que é facilitada por meio de organizações e instituições internacionais (Smith; Dunne; Kurki, 2010).

⁴ De modo geral, as correntes construtivistas, a despeito de suas variações internas, compreendem o cenário internacional como um ambiente moldado por ideias, normas e identidades socialmente construídas. Diferentemente do realismo e do liberalismo, que enfatizam estruturas materiais ou instituições, os autores construtivistas destacam que a anarquia internacional não é um dado imutável, mas sim interpretada e produzida por meio de práticas e discursos (Smith; Dunne; Kurki, 2010).

de suas características concretas; entretanto, seu pensamento rompe o mero nacionalismo e advoga que, apesar das diferenças, as semelhanças na resistência colonial, no racismo e na violência sofridas por séculos constituiriam um ponto de unidade e resistência para os atores do continente.

Não somente seu pensamento buscava conectar o nacional ao internacional, como também seu ativismo político se destaca pela solidariedade internacional com outras nações que travavam uma luta anticolonial e por sua atuação em órgãos internacionais. Cabral argumentava que: "Devemos nos considerar soldados, frequentemente anônimos, mas soldados da humanidade nesta vasta frente de luta que a África representa em nossos tempos." (Cabral, 1980, p. 253). Assim, seja promovendo discursos em organismos internacionais – na Organização das Nações Unidas, por exemplo, Cabral chegou a discursar sete vezes (Cabral, 1962a; 1962b; 1963a; 1963b; 1963c; 1972a; 1972b), além de ter sido peça importante para o que viria a se torna a Organização da Unidade África⁵–, ou promovendo encontros – o mais famoso dele sendo seu encontro com o Papa Paulo VI⁶ –, a atuação de Cabral sempre visou a dar luz a violência sofrida pelos povos vítimas da invasão imperialista e a importância de se combater o colonialismo em todas as suas formas. Seu papel, portanto, não pode ser reduzido a um líder revolucionário de dois países em África – o que já seria muito –, mas a um intelectual que ajudou a pensar o Sul Global e cujo pensamento, mais de 50 anos após seu assassinato, continua a oferecer bases importantes para pensar os problemas atuais.

Suas contribuições podem ser observadas em diversos níveis: seja utilizando a ciência agrícola e a estatística para criticar o colonialismo português e defender a agricultura local (Sousa, 2014; Saraiva, 2022); demonstrando a conexão entre a destruição dos solos em África e a evolução do Capitalismo (Tomás, 2007); A importância da educação no processo revolucionário (Freire, 1977; Freire; Guimarães, 2003; Lopes, 2004; Cavalcanti; Moraes; Amaral, 2021); Sobre o próprio marxismo (Manoel; Fazzio, 2019;

⁵ "Paralelamente à luta armada na Guiné-Bissau, o ano de 1963 é o marco oficial da unidade africana. Com intuito de criar as diretrizes políticas que orientassem a organização para a independência das colônias africanas, os líderes nacionalistas dos estados independentes decidiram reunir-se em Adis-Abeba (Etiópia), a fim de criar um Comitê da Libertação Africana, que objetivava coordenar e encaminhar os movimentos de libertação nacional para continuar a luta pela libertação total do continente. A reunião protagonizada por Kwame N'Krumah (Gana), Sekou Turé (Guiné-Conacri), Abel Gamal Nasser (Egito), dentre outros líderes, selava a criação da Organização de Unidade Africana (OUA), no dia 25 de maio de 1963, com propósitos de renovar votos de solidariedade para com os países colonizados e mobilizar apoio internacional para pôr fim ao colonialismo; como diz Cabral, 'o Comitê de Libertação da OUA é uma boa coisa. Procurou ajudar e uma ajuda grande já deu, com certeza. Foi preciso o trabalho do Comitê de Libertação para mostrar claramente quais são os movimentos sérios da África (2014, p.282)'" (Abadia, 2018, p.189).

⁶ O encontro histórico ocorreu em 1º de julho de 1970, quando Paulo VI recebeu no Vaticano Amílcar Cabral, Agostinho Neto (do MPLA) e Marcelino dos Santos (do FRELIMO), líderes dos movimentos de libertação das colônias portuguesas. A audiência, de apenas sete minutos, foi um golpe diplomático contra o regime de Salazar, que se autoproclamava "defensor da civilização cristã" enquanto perpetuava a guerra colonial. Como coloca Borges, se tratando do continente europeu extremamente católico, "o contacto estabelecido com o Vaticano foi um facto de grande importância para o movimento anti-colonial" (Borges, 2008, p.112). Santos (2014, p.515) classifica o encontro como "o mais mediático sucesso diplomático do PAIGC, no plano internacional".

Conceição, 2023); A atualidade de seu pensamento para compreender processos políticos atuais, seja em casos como a primavera árabe (Abdulrasheed, 2021) ou como a ascensão do Sul Global pode possibilitar caminhos de desenvolvimento para países periféricos (Amin, 2013).

Enfim, suas contribuições foram extremamente importantes em uma série de temas e, embora seu trabalho seja reconhecido por figuras importantes, como Paulo Freire, que nutria profunda admiração por sua obra⁷, seu pensamento ainda é pouco explorado em algumas áreas. No âmbito desse artigo, será dedicada atenção especial a como a teoria de Cabral pode ser de extrema importância para as RI contemporâneas. Embora parte desse esforço já tenha sido feita (Branwen Jones 2010; 2023; Rabaka, 2014; 2016; Manji, 2013), nesta pesquisa iremos aprofundar em alguns conceitos específicos desenvolvidos por Cabral, e como eles podem ajudar a compreender as dinâmicas de funcionamento do mundo atual, ainda mais em momentos de crise do sistema mundo, como está ocorrendo atualmente.

Assim, essa pesquisa dialoga diretamente com a obra de Jones (2020), que buscou demonstrar a relevância dos conceitos de raça, imperialismo e libertação para a área das RI. Neste trabalho, no entanto, o objetivo é de apresentar a história e a luta de Cabral na libertação nacional de Guiné e Cabo Verde, além de focar em três conceitos centrais em sua obra: a questão da cultura e da libertação nacional, a questão da luta armada e da violência e, por fim, como Cabral enxergava o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo. O objetivo da pesquisa é fornecer, em português, um material que permita não apenas conhecer a trajetória de Cabral, mas também compreender como sua obra se conecta ao estudo das RI.

Desse modo, o artigo se estrutura em três partes: primeiramente, será abordado o contexto geopolítico em que Cabral vivia, assim como os desdobramentos de sua luta revolucionária para a libertação do povo guineense e caboverdiano. Em um segundo momento, a pesquisa abordará algumas das principais formulações teóricas de Cabral, revisando seus textos e discursos, a fim de compreender, de modo mais aprofundado, suas contribuições intelectuais. Por último, essa pesquisa discutirá o legado de Amílcar Cabral para os dias atuais e argumentar a necessidade de que sua obra e sua vida sejam mais discutidas nos cursos de RI do Sul Global.

⁷ Paulo Freire possuía uma série de livros de Amílcar Cabral em sua biblioteca. Chegou a afirmar, inclusive, que tinha um projeto de fazer um estudo sobre o pensamento de Cabral, trabalhando sua práxis revolucionária mas que, para sua infelicidade, não pode fazer. "Eu cheguei até a ter o nome do livro que eu quis escrever, que não pude escrever, que se chamava "Amílcar Cabral, pedagogo da revolução". (Freire, 2004, p. 94-95).

2. “SOU UM SIMPLES AFRICANO FAZENDO O MEU DEVER NO MEU PAÍS, NO CONTEXTO DO NOSSO TEMPO”

A história de Guiné-Bissau e Cabo-verde se relacionam. Guiné-Bissau é um pequeno país localizado na África Ocidental, que foi vítima da invasão portuguesa a partir dos anos 1446. Antes que os portugueses dominassem aquelas terras, a região era habitada por diversos grupos étnicos, como os Felupes, Manjacos, Balantas, Papéis, Nalu e outros. O território integrava o Reino de Gabu, pertencente ao antigo Império do Mali. Cabo-Verde, por outro lado, engloba um arquipélago vulcânico de dez ilhas, a leste da Guiné-Bissau. Quando os portugueses chegaram nas ilhas, em 1460, não encontraram uma população nativa, e decidiram transformar aquele território num entreposto para comerciantes escravagistas. Ao longo dos séculos, milhares de guineenses foram levados de modo forçado para Cabo-Verde, e a ilha passou a ter uma relação mais próxima com Portugal, sendo, inclusive, lá o ponto de administração colonial dos dois territórios. No século XX, por exemplo, era relativamente comum que a elite cabo-verdiana mandasse seus alunos para estudar em Portugal (Visentini, 2016).

Essa diferenciação entre os dois territórios contribuiu para algumas tendências: a primeira era que, aos olhos dos guineenses, os caboverdianos eram percebidos por manter uma relação muito colaborativa com o invasor e, por vezes, até compactuante com os processos violentos que aconteciam em Guiné (Cassama, 2014). Ainda, essa percepção de diferença entre os dois atores servia muito bem ao domínio colonial português, que não desejava uma relação amistosa entre as populações dos dois territórios, uma vez que isso poderia desembocar em maior força de resistência colonial. Para além disso, a colonização na Guiné não foi marcada pelo confisco de terras, como foi em Cabo-Verde. Em Guiné, a exploração colonial se dava por meio de impostos elevados e de preços abusivos dos produtos exportados para o país⁸ (Sousa, 2012).

Mesmo sendo a primeira nação invadida, Portugal já se encontrava em uma periferia do sistema europeu no século XX. Assim como em outros países submetidos à invasão portuguesa, a justificativa dos invasores lusitanos se fundamentava principalmente em uma missão cristã. O Estado português, de modo ativo, buscou defender a tese de um luso-tropicalismo, ou seja, a ideia de uma harmonia existente entre a população nativa e os invasores nos territórios invadidos. Mais do que isso, esse pensamento buscava silenciar

⁸ Cabral chegou a afirmar que “enquanto na Guiné não podemos dizer a ninguém vamos lutar para ter terra, em Cabo Verde é possível dizer a esta gente vamos lutar porque quem lutar na nossa terra poderá ter a sua própria terra para cultivar, esta que é a diferença fundamental entre o mato na Guiné e o mato em Cabo Verde” (2013, p.145).

quaisquer contradições de raça, um símbolo do que ficou popular na obra de Gilberto Freyre como “democracia racial” (Salles, 2006). De fato, nos anos 1930, quando a ditadura salazarista se iniciou em Portugal⁹, a tese do luso-tropicalismo era amplamente difundida entre os políticos do Estado e entre o próprio Freyre, que aceitou esse papel de intelectual do regime. Essa propaganda da ditadura salazarista buscava mascarar a estrutura social racista que sustentava todo o sistema econômico do país. Portugal, ao contrário das outras potências imperialistas, não ocupava esses territórios como consequência de uma expansão econômica própria, mas sim porque esses territórios asseguravam o próprio funcionamento da economia portuguesa (Ferreira, 1974). Entretanto, a máquina de propaganda do Estado português foi eficaz em alcançar seus objetivos. Como aponta Amílcar Cabral, refletindo sobre o fato dos países da ocupação portuguesas serem as últimas a alcançar sua independência no continente africano:

Essa menor importância do nosso caso em relação aos outros casos coloniais resultava tanto da situação secundária de Portugal entre as potências coloniais, então em conflito aberto com os povos que dominavam, como da própria eficácia das máquinas de propaganda portuguesa que conseguiu consagrar, até entre muitos africanos, o mito da fraternidade multirracial (Cabral, 2013, p. 203).

Nesse contexto, Portugal atuava de modo ativo a impedir qualquer desenvolvimento, seja ele econômico ou social, aos seus territórios de ocupação. Aos povos invadidos, a partir do estatuto do indígena, que definia critérios para identificar se determinada pessoa era ou não civilizada – dentre os principais estavam se a pessoa era “negra” ou “descendente de pessoa negra” e se essa podia “falar português corretamente” –, o Estado português definiu que apenas 0,3% da população nos territórios de ocupação eram civilizadas¹⁰. A estratégia se desenhava de modo claro: relegava-se aos povos invadidos qualquer acesso a direitos básicos, como educação e saúde, e os inferiorizava por meio de discursos intelectualizados, justificando, portanto, seu domínio sobre esses territórios e visando, de modo geral, à espoliação dos recursos naturais desses territórios. Exemplo disso é que, como aponta Visentini (2016), na década de 1950 e início da década de 60, o índice de mortalidade infantil na Guiné era extremamente alto e somente 11 pessoas possuíam educação secundária completa.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a dominação colonial se tornava cada vez mais difícil para as potências europeias. Isso aconteceu devido a diversas razões,

⁹ A ditadura salazarista (1926-1974) foi um regime facista em Portugal, liderado por António de Oliveira Salazar, marcado por censura, repressão política e manutenção do colonialismo (Abadia, 2018).

¹⁰ “Cabral argumentava, com base na percentagem de analfabetos em Portugal (cerca de 50%), que se o Estatuto do Indígena fosse aplicado no país colonizador, metade da população portuguesa seria considerada indígena” (Abadia, 2018, p.32).

mas principalmente às destruições econômicas decorrentes do conflito, o que fazia com que os Estados invasores não mais tivessem todos os recursos necessários para manter suas dominações; e também à eclosão de movimentos nacionalistas e socialistas que ocorriam no mundo, principalmente inspirados nas revoluções russa e chinesa. Já na metade do século XX, portanto, as lutas anti-coloniais se intensificaram no Sul Global e, com elas, a solidariedade entre povos colonizados também se fez presente. É nesse contexto que Amílcar Cabral passa a desenvolver seu pensamento revolucionário, principalmente a partir do contato com pessoas vindas de outros países invadidos e, em especial, das correntes pan-africanistas que ganhavam força na Europa e também nos Estados Unidos.

Antes de avançar, é necessário retomar a história do sujeito Amílcar Cabral e suas origens. Cabral é filho de pais cabo-verdianos, mas nasceu na Guiné, na cidade de Bafatá, embora já aos 8 anos, tenha regressado ao país de seus pais. Aos 20 anos, foi estudar em Lisboa, conseguindo tal feito por meio de duas bolsas: uma por mérito acadêmico do Liceu Gil Eanes e outra da Missão dos Estudantes do Ultramar. Embora tenha sido convidado a estudar medicina, Cabral optou por se graduar em Agronomia pela Universidade Técnica de Lisboa, em razão de uma grande seca e fome que assolaram Cabo Verde nos anos 1940, o que o levou a entender melhor as condições agrárias de seu país. Os estudos de Amílcar Cabral em Portugal foram essenciais para que ele entrasse em contato com outros estudantes vindos de territórios ocupados por Portugal na África, como Agostinho Neto, que viria a se tornar Presidente de Angola, Marcelino dos Santos, futuro vice-presidente da Frente de Libertação de Moçambique e Eduardo Mondlane, fundador da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que atuou na luta armada pela independência do país. Foi em Portugal também que Cabral passou a ter mais contato com a luta anti-fascista, mais especificamente as resistências conduzidas por membros do Partido Comunista Português (PCP) contra a ditadura salazarista (Abadia, 2018).

Nesse contexto, é possível perceber como, ao mesmo tempo em que Cabral é influenciado pelos ideais marxistas, ele acaba por ir além dos pressupostos do “Marxismo Ocidental”¹¹. No contexto português, a ideia da dominação colonial estava tão enraizada na sociedade que mesmo os militantes comunistas portugueses não aceitavam a

¹¹ Esse termo é utilizado em referência a crítica que Domenico Losurdo (2019) faz a grande parte do marxismo no ocidente que ignorava as lutas anti-coloniais e demonizava as experiências revolucionárias e tinham uma visão utópica da construção do socialismo. Para Losurdo (2019), a miopia eurocêntrica do ‘marxismo ocidental’ o impediu de reconhecer que a luta anticolonial foi a principal expressão da luta de classes no século XX.

descolonização dos domínios portugueses em África. Essa recusa, por parte de grande parte da esquerda, de aceitar esses movimentos levou Cabral a se afastar do PCP e das lutas em Portugal. Como pontua Abadia (2018):

A libertação da ditadura de Salazar era uma tarefa da esquerda portuguesa, da mesma forma que a descolonização foi iniciada com a luta armada dos povos africanos. O que acabou por ser uma ironia do destino, é o fato de que foram as lutas pela libertação na África dominada por Portugal que contribuíram para a derrocada do fascismo português (Abadia, 2018, p.93).

Mais que isso, Cabral passou a perceber as características próprias das realidades dos povos invadidos, e como algumas categorias utilizadas pelo marxismo eram insuficientes para compreender a realidade africana. Cabral, portanto, dá um passo adiante com a teoria marxista, demonstrando como a questão racial se colocava mais fundamental do que a questão de classe – entendida pura e simplesmente como relação entre patrão e trabalhador. O marxismo não-ocidental de Cabral será uma base importante não apenas para suas formulações teóricas inéditas, que serão discutidas na próxima seção, mas também para sua práxis revolucionária.

Assim, mesmo em Portugal, Cabral inicia um processo de ‘desportugalização’. É lá que ele passa a ter mais contato com a africanidade, assumindo simbologias que remetiam ao continente e ao ideal pan-africanista e de negritude, em uma época em que tal prática era proibida pelo governo português. Essa “reafricanização de espírito” foi de extrema importância para que Cabral desenvolvesse sua visão de totalidade do continente africano e interpretasse que todas as lutas por independência do continente estavam interligadas a uma luta maior e que, portanto, não deveriam ser tratadas de modo separado. Assim, mais do que uma teorização da importância das categorias raciais para os estudos sociais, Cabral alinhava essa questão ao elemento histórico e, principalmente, ao cultural (Abadia, 2018).

Em 1952, Amílcar Cabral retornou à Guiné-Bissau, conseguindo um emprego como Adjunto dos Serviços Agrícolas e Florestais. Nesse período, Cabral era responsável por realizar um recenseamento agrícola do país, ou seja, era responsável por levantar dados do setor agrícola, incluindo sua produção, estruturas e características socioeconômicas das propriedades rurais. É durante esse emprego que Cabral passa a conhecer a fundo a realidade camponesa dos guineenses, suas lutas e dificuldades no interior do país. Sendo um país majoritariamente agrário, esse trabalho de campo foi essencial para que Cabral pudesse investigar uma realidade que ele, até então, só conhecia

através de escritos. Anos mais tarde, esse trabalho feito por Cabral vai permitir que não só pudesse ter uma visão socioeconômica da realidade do povo guineense, como constrísse relações para possibilitar a luta armada e, conseqüentemente, a libertação do país (Sousa, 2012).

Em 1954, Cabral fundou em Guiné a Associação de Esportes e Recreação, que buscava promover não só o esporte mas a alfabetização e educação nacionalista aos habitantes que, naquela época, eram classificados por Portugal como ‘não-civilizados’. O governo português rapidamente proibiu as ações do projeto, mas, ainda assim, o trabalho realizado ajudou a demonstrar não apenas a capacidade de organização coletiva do povo guineense, mas também a violência do governo português em reprimir até mesmo as práticas esportivas no país (Abadia, 2018). Decorrente desse e de outros processos, em 1956, na cidade de Bissau, é fundado o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)¹². Interessante notar já, desde o início, o caráter pan-africano e internacionalista do PAIGC, que buscava unificar a luta de dois países em um mesmo movimento de libertação nacional. Essa unificação se dava por diversas razões. Como apontou Amílcar, “nós somos um só, lutemos juntos porque o inimigo é um só” (Cabral, 2014, p.163). De fato, além da questão política e militar, em que uma fragmentação só favoreceria as ações de resistência do governo português às guerrilhas, Cabral enxergava uma convergência cultural e histórica entre os dois países, que sempre foi proporcionada pelos portugueses ao preterir o guineense em detrimento do caboverdiano. Tal ação não buscava excluir as características concretas de cada povo, mas entender que, a despeito das diferenças, suas lutas eram as mesmas.

Assim, através do PAIGC, Cabral e outros militantes passaram a buscar articular uma série de acordos com Portugal, visando o reconhecimento e a independência dos territórios. Durante seis anos, nenhuma dessas tentativas resultou em algo concreto. Assim, em 1963 o PAIGC decide optar pela luta armada, reconhecendo que essa era a única alternativa para a libertação da população dos países do colonialismo português – algo que irá refletir bastante em sua obra, como será demonstrado no próximo capítulo (Visentini, 2016).

A tática de guerrilha do PAIGC se concentrou nos territórios da Guiné-Bissau, uma vez que as condições geográficas de Cabo-Verde dificultariam a ação dos combatentes.

¹² Embora essa seja a versão oficial do PAIGC, há uma discussão sobre a real data de fundação do PAIGC e se essa organização seria decorrente de movimentos anteriores. Ver mais em: Sousa (2012) e Thomas (2007).

Por essa razão, uma primeira contradição passou a se instalar no seio do PAIGC: enquanto a cúpula dos dirigentes do partido eram majoritariamente formados por cabo-verdianos, a totalidade dos combatentes e da linha de frente da guerrilha eram formados por guineenses. Ainda assim, pouco a pouco a guerrilha conseguiu conquistar importantes avanços, reduzindo significativamente os territórios controlados pelos portugueses. Segundo Visentini (2016), em 1972 o PAIGC já havia liberado dois terços dos territórios guineenses. Ainda, como aponta Abadia (2018):

[...] entre 1971 e 1972, o PAIGC tinha, nas zonas libertadas, um total de 164 escolas, 258 professores e 14.531 alunos, de tal maneira que durante os anos de luta um número muito maior de guineenses atingiu os cursos superiores em comparação com o período de ocupação portuguesa. **Em 10 anos o PAIGC formou muito mais quadros que o colonialismo em 5 séculos.** (Abadia, 2018, p.215, grifo nosso)

É necessário pontuar que a luta do PAIGC recebeu uma série de ajuda de outros países, muito por conta da diplomacia ativa de Amílcar Cabral, não só em chamar a atenção para a luta em organizações internacionais, mas também em, de fato, conseguir armamento e ajuda. No continente africano, por exemplo, a Guiné-Conakri foi essencial, fornecendo bases de treinamento militar e refúgio aos combatentes. Argélia, Gana e Tanzânia também apoiaram financeiramente. Fora do continente, destacam-se o papel ativo de Cuba, que enviou instrutores militares e médicos, e o da União Soviética, que forneceu armas. Curiosamente, a Suécia também contribuiu com ajuda humanitária e financiamento para projetos educacionais nas zonas libertadas.

Em 1973 a situação em Portugal já estava se deteriorando bastante. A Revolução dos Cravos, motivada pelo desgaste econômico da guerra colonial, pela insatisfação militar e pela pressão internacional, derrubou a ditadura do Estado Novo. Assim, já em 1972, o Conselho de Segurança da ONU reconheceu a independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Um ano mais tarde, em 24 de setembro de 1973, o PAIGC declarou a independência do país. Só um ano depois, em setembro de 1974, Portugal reconheceu as independências. Entretanto, 8 meses antes da proclamação da independência, em 20 de janeiro de 1973, Amílcar Cabral foi assassinado por membros do PAIGC em Guiné-Conakri.

O assassinato de Cabral, premeditado pelo próprio, insere-se num contexto de contradições existentes na própria formação do PAIGC. Em linhas gerais, é possível compreender que havia descontentamento em algumas alas do partido em relação a Cabral, devido à hegemonia cabo-verdiana na liderança do partido e à perspectiva de

unificação pós-independência. Além disso, agentes da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), a polícia política portuguesa, infiltraram-se no partido e alimentaram divisões (Abadia, 2018; Davidson, 1983). Apesar de sua morte, e da tentativa do governo português em desmoralizar as tropas do PAIGC, a luta pela libertação continuaram. Segundo o próprio Cabral, “um bom trabalho de base garante vitória mesmo sem líderes”. O povo é o seu próprio líder” (2013, p.245). Entretanto, sem Cabral, a unificação de Guiné e Cabo-Verde perdia força no interior do partido. Em 1980, após um golpe de Estado na Guiné-Bissau, o projeto binacional foi abandonado e o PAIGC dividiu-se em PAIGC (Guiné-Bissau) e PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde) (Visentini, 2016).

Apesar da recusa de Cabral em se colocar como um grande líder e de que é importante não reduzir revoluções ao trabalho de uma única pessoa, é inegável o papel de Amílcar Cabral na independência não só de Guiné-Bissau e Cabo-Verde, mas também da África como um todo. Cabral, como um “pedagogo da revolução”, não apenas revolucionou a partir da sua práxis, mas também a partir da sua elaboração teórica e de sua forma de enxergar o continente africano e o mundo como um todo. Curioso que, apesar de ser um internacionalista e pan-africano, Cabral morreu sem cidadania, pois foi impedido de ver a conquista da libertação de seu povo, e recusou a cidadania daquele país que oprimia ele e seus antepassados. Assim, como um cidadão do mundo, o pensamento de Cabral também compartilha desse caráter holístico, que apesar de compreender as nuances do concreto, enxerga que a libertação real só poderia vir a partir de um esforço coletivo de caráter bem mais amplo.

3. “PENSAR COM AS NOSSAS PRÓPRIAS CABEÇAS”

Amílcar Cabral, um dos mais proeminentes líderes de luta pela independência dos territórios ocupados pelos portugueses na África, especialmente na Guiné-Bissau e Cabo-Verde, deixou um legado intelectual e político que transcende a sua época. Sua contribuição à liberdade dos países da ocupação portuguesa foi teórica e, ao mesmo tempo, prática, fundamentada numa análise crítica da realidade dos povos, quanto ao papel do sujeito histórico e à necessidade de uma luta como condição para a emancipação política e social.

Mas, antes, é importante referir que, ao longo do processo, Cabral foi influenciado por grandes pensadores e várias correntes, incluindo o marxismo-leninismo, sobretudo pelo nacionalismo africano e pela experiência concreta da luta de libertação contra a invasão. A

sua formação acadêmica como agrônomo e seu conhecimento das realidades socioeconômicas da África rural foram indispensáveis para a sua abordagem pragmática e científica da luta. Cabral enxergava a luta pela independência como um processo multidimensional que envolvia não apenas a destituição do colonialismo, mas também a transformação profunda das estruturas sociais, econômicas e culturais dos territórios ocupados.

A partir da sua experiência no campo de guerra, Cabral entendeu que a luta pela independência deveria ser acompanhada de uma extensa análise e de transformação das relações de classe, raça e poder na sociedade colonial. Ele argumenta que a independência política, sem uma mudança nas estruturas sociais, não seria suficiente para garantir a verdadeira libertação.

A importância do seu pensamento vai além da libertação nacional dos territórios africanos ocupados, repercute diretamente no entendimento contemporâneo das lutas pela autodeterminação e contra as formas de opressão imperialista. O seu modo de analisar a complexidade do colonialismo, enquanto fase do imperialismo, e a crítica às formas de dominação interna influenciaram movimentos de libertação em vários países africanos.

Segundo Cabral, o colonialismo não se restringe à exploração econômica e política direta, mas insere-se numa rede mais ampla de dominação cultural, ideológica e psicológica. Portanto, sua visão da libertação não se limitava à mera independência política, mas envolvia a desconstrução das narrativas coloniais de pensamento e a criação de novas formas de identidade e solidariedade entre os povos. Cabral via na luta anticolonial uma batalha pela dignidade humana e contra as formas universais de exploração (Shilliam, 2011).

O pensamento de Cabral insere-se na perspectiva mais ampla da resistência ao colonialismo no Sul Global, onde outros movimentos de libertação também viam a revolução cultural como fundamento para a construção de uma nova ordem social e política. As suas ideias se distinguem pela ênfase na mobilização popular e na educação como meios de conscientização das massas. Porém, isto acabou por influenciar a construção de uma identidade revolucionária que busca mais do que uma simples independência política: uma reintegração das populações africanas ao seu próprio destino histórico.

De acordo com Rodney, a subordinação cultural é uma das maiores conquistas do colonialismo europeu, e sua superação necessita de uma revolução cultural que, na visão de Cabral, deveria ser guiada por um movimento de massas e por uma educação popular que ensinasse os povos invadidos a se libertarem das mentalidades impostas. “A

verdadeira luta pela independência vai além do território, ela abrange a consciência de ser e a recuperação das próprias culturas” (Rodney, 1972, p. 101).

3.1. Revolução cultural na formação de consciência e a libertação nacional

A perspectiva de Cabral mostra que a verdadeira luta de libertação centra-se na emancipação dos povos e não pode ser vista como um mero ato político, mas como uma transformação revolucionária da sociedade. Para ele, a revolução é um processo de autodeterminação nacional e de mudança social, que visa destruir as velhas estruturas dominantes do invasor e construir novas formas de governança, organização econômica e social. No sentido em que ocorre a ruptura do pensamento delineado pelos imperialistas, num padrão de obediência às novas formas de chamada à civilização do homem branco. A revolução cultural cabralista articulou uma compreensão profunda da relação entre colonialismo, identidade e autonomia em todas as esferas da sociedade.

A “revolução cultural não é um adorno, ela é a própria essência da revolução que deve libertar a terra, a cultura e a consciência do povo” (Cabral, 1972c, p. 58). Este entendimento também foi defendido pelos outros autores e pensadores decoloniais e antirracistas do Sul Global como Fanon¹³ e Ngugi que destacaram a importância de uma transformação cultural profunda para a verdadeira libertação e autonomia.

A recuperação da identidade cultural e a reintegração do povo ao seu patrimônio histórico eram, para Cabral, essenciais para a construção de um novo futuro pós-colonial. Cabral (1972) via na mobilização popular a chave para qualquer movimento revolucionário bem sucedido, afirmando que a luta pela independência não é apenas contra o colonialismo, mas contra a exploração interna e as formas de dominação cultural que distorcem a verdadeira identidade do povo.

A compreensão de Fanon (1961) quando argumenta a violência do colonialismo não se limitava à opressão física, mas também tinha um componente psicológico destrutivo. Para ele a revolução deveria ser uma reintegração do sujeito invadido à sua humanidade, restaurando-lhe a dignidade e a identidade. Portanto, luta pela libertação nacional como um processo simultâneo de descolonização da mente e da terra. “A descolonização é antes de

¹³ Nascido em 1925 na Martinica, então colônia francesa, o ainda jovem Frantz Omar Fanon conheceu o horror por trás do verniz civilizacional europeu. Discriminações vividas na infância em um território administrado além-mar; a linha de cor no regimento dos exércitos franceses estacionados no Marrocos durante a Segunda Guerra Mundial; o racismo sofrido na França, quando foi estudar em Lyon — refletido em *Pele negra, máscaras brancas*, seu primeiro livro — e, particularmente, a partir de 1953, quando mudou-se para Blida, na Argélia, e assumiu a direção do hospital psiquiátrico, que hoje carrega seu nome. No ano seguinte estouraria a Guerra de Independência Argelina. Três anos depois, Fanon demitiu-se do hospital e intensificou sua atividade secreta na Frente de Libertação Nacional (FLN) (Fanon, 2009, p.6-7).

tudo, a restauração do ser humano à sua dignidade. E a cultura é a base sobre a qual a nossa identidade será reconstruída” (Fanon, 1961, p.192).

Pois, a relação entre cultura e psiquismo foi uma parte principal no pensamento de Fanon, que entende a revolução como um movimento de conquista cultural. E que a libertação só poderia ser alcançada se o povo invadido tivesse a capacidade de recuperar e reinventar suas próprias formas culturais e espirituais. Assim, Ngugi nos seus escritos, também reforçou a visão de descolonização cultural, mas focou particularmente na linguagem por ser veículo primordial da opressão e ao mesmo tempo como ferramenta de resistência.

Ngugi defende que o invasor durante a ocupação, ao impor a sua língua, as potências invasoras não apenas dominavam o território, mas também subjulgavam a identidade cultural dos povos africanos. Tanto “a luta pela liberdade também é a luta pela reconquista da nossa linguagem, que foi apagada, negada, e que agora deve ser recuperada”(Ngugi, 1986, p.25).

No entanto, a revolução cultural exige a destruição das formas de pensamento dos invasores, começando pela linguagem e pela recuperação das línguas e culturas africanas. Essa desconstrução da dominação cultural e simbólica era vista como um passo crucial na restauração da dignidade dos povos africanos, na reafirmação de suas próprias origens e formas de conhecimentos.

Cabral (1971) destaca que o processo de libertação deve ser de natureza holística, abordando as questões da terra, da cultura, da educação e da economia. Porque a luta pela independência dos povos é inseparável da luta pela construção de uma nova sociedade, que preza pela justiça em termos de igualdade equitativa. Além disso, Cabral foi um grande defensor da revolução cultural que constituiu o conceito fundamental do seu pensamento, ao considerar que a sua luta pela liberdade não poderia ser apenas armada, mas deveria envolver uma mudança na maneira de pensar do povo, um processo de conscientização de sua opressão e da capacidade de mudar a situação.

Esta abordagem da libertação envolve reencantamento das identidades culturais e da autonomia do povo, foi decisiva para a consolidação de um movimento político e cultural que busca recuperar a autoestima e a dignidade dos povos africanos. Também Cabral compreendia que a luta pela libertação deveria ser conduzida com um alto grau de organização popular e com a participação ativa das massas. O conceito de mobilização popular era uma referência principal para a construção de um poder popular autêntico. A resistência ao colonialismo deveria ser em um movimento coletivo e inclusivo, capaz de

englobar todas as camadas sociais, com ênfase na educação, na cultura e na propaganda política como formas de sensibilização e conscientização.

No pensamento de Cabral sem uma revolução cultural que tocasse nas raízes da consciência dos povos africanos, a independência política se tornaria vazia e não sustentaria uma transformação duradoura. Portanto esse foco na preservação da cultura dos povos é a primeira tarefa da luta de libertação, uma vez que representa a luta contra mentalidade do invasor que é imposta a força aos povos invadidos, muitas vezes interiorizam e começam acreditar que na verdade são inferiores aos imperialistas (Cabral, 1971).

3.2. Luta armada e a violência

Cabral, em seu pensamento, destacou a luta armada como um meio necessário para a liberação nacional, particularmente nos países africanos. Ele considera a violência como uma resposta inevitável ao colonialismo e à exploração imperialista, por ser uma necessidade histórica que surge quando todas as outras formas de resistência são impossibilitadas pelo colonialismo. Entretanto, para Cabral a violência não é um fim em si mesma, mas uma etapa do processo revolucionário, onde a força física visa destruir a ordem colonial e construir uma nova sociedade. A violência revolucionária serviu de mecanismo para os povos subjugados conquistarem a liberdade e a dignidade, o que demonstra a sua utilização por patriotas africanos como uma condição necessária e não por simples prazer de destruição social, mas uma situação precisa para a transformação da sociedade (Cabral, 1973a).

A sua concepção sobre a violência está intrinsecamente ligada à ideia de mobilização popular, aposta na massa, porque na sua compreensão a luta armada, deveria ser acompanhada de uma construção política cultural e social que sensibilizasse as massas em torno de um projeto de emancipação. Como pontuado por ele: “Se eu pudesse, fazia uma luta só com livros, sem armas” (Abadia, 2018, p.277), que demonstra que ele não tinha um fetichismo com a violência, que geralmente é atribuído a lideranças revolucionárias, especialmente as africanas. Mas que sua questão é meramente pragmática: é impossível conquistar a libertação nacional sem a violência, uma vez que a violência é a prática mais básica das relações estabelecidas pelo invasor.

Nos ideais de Fanon a violência não é só um instrumento de resistência, mas um meio de construção de uma nova subjetividade e identidade para os povos invadidos. Ele apresenta a violência como uma resposta inevitável e necessária à opressão imperialista,

isto é, fazer o invasor viver a violência na própria pele. Para Fanon (1961) a violência é a força motriz da história, porque a sua decorrência tornou-se elemento crucial para a desocupação. Ao pensar nos benefícios que os invasores tiveram com o projeto imperialista para a construção dos seus impérios, não tinham mínima vontade de melhorar a condição de vida dos povos e muito menos para dialogar com os líderes sobre a desocupação.

Fanon enxerga a violência como um fenômeno psicossocial, capaz de transformar a psique do oprimido e possibilitar a sua reintegração à humanidade. No entanto, ele também adverte que essa violência, uma vez cumprido o seu papel de destruição do colonialismo, deveria ser superada na construção de uma nova ordem baseada na valorização da identidade dos povos, sua cultura e seus conhecimentos para desfazer o sentimento de inferioridade projetado por imperialistas.

Na perspectiva de Nkrumah (1965)¹⁴ a violência fosse uma forma eficaz de combater o colonialismo direto, o neocolonialismo (a continuação da dominação imperialista de maneira indireta) representava uma ameaça ainda mais insidiosa à liberdade dos países africanos. Ele defendia a necessidade de resistência armada não apenas contra as potências coloniais, mas também contra as elites nativas que colaboravam com os interesses estrangeiros. O neocolonialismo é o estágio mais avançado do imperialismo, só a luta armada e a mobilização popular e tomada de consciência dos povos podem acabar com este sistema. A luta armada poderia ser necessária em certos contextos, mas enfatizava a importância da mobilização política e econômica para garantir a verdadeira independência e a soberania do continente africano. Portanto, a violência não é uma escolha, mas uma imposição de um sistema que se alimenta da exploração do povo (Fernandes, 1975).

3.3. Imperialismo e neocolonialismo

O imperialismo e o neocolonialismo são conceitos políticos e sociais, têm sido amplamente discutidos no pensamento de grandes intelectuais africanos e do Sul Global, particularmente no contexto de suas lutas contra a opressão colonial e as formas modernas de dominação. Pensadores como Cabral, Fanon e Nkrumah examinaram essas dinâmicas e suas repercussões nas sociedades africanas e em outras regiões do Sul Global. Cabral

¹⁴ Kwame Nkrumah, nascido em 1909 numa vila na antiga Costa de Ouro/Gana e faleceu em 1972 em Bucareste, Romênia, foi um líder político africano e um dos fundadores do Pan-africanismo. Tornou-se o Primeiro Ministro de 1946-1960, após a independência da primeira nação africana invadida pelos ingleses, mais tarde tornou-se Presidente de Gana de 1960-1966, depois foi derrubado por um golpe de Estado. Exilou-se em Guiné-Conakri, onde manteve os seus ideais Pan-africanos lutando pela unificação de África e autodeterminação dos povos. Teólogo de formação, professor, político, jurista, pensador e intelectual autor de várias obras que preza pela libertação e independência total dos países africanos.

abordou a questão com olhar crítico sobre o processo da necessidade de liberdade cultural e econômica, ele descreve o imperialismo como uma força destrutiva que destruíra as culturas, desvaloriza os conhecimentos locais e subjuga os povos africanos.

Segundo Cabral, o neocolonialismo é essencialmente uma estratégia imperialista para manter o controle sobre os antigos territórios ocupados, no momento independentes formalmente, por meio de relações econômicas desiguais e elites locais que colaboram com as potências estrangeiras. A independência política não é suficiente para garantir a verdadeira liberdade, pois o neocolonialismo representa uma continuidade da opressão e que mantém a África subjugada através da manipulação política, econômica e até intelectual (Cabral, 1973a). Estes argumentos mostram que o colonialismo direto tinha sido derrotado em muitos países africanos, o neocolonialismo surgia como uma forma de dominação indireta para continuar a exploração das economias, recursos naturais e das sociedades africanas.

O neocolonialismo segue como um fenômeno psicológico e social que substitui a opressão direta por uma forma de dominação mais insidiosa, onde as elites e senhores de guerras locais, muitas vezes educadas e moldadas pelas potências coloniais, perpetuam a dependência da mente. Embora os territórios ocupados tivessem obtido a independência política, os regimes governativos na sua maioria continuam a servir aos interesses dos invasores imperialistas (Fanon 1961). Portanto a relação entre o imperialismo e a construção de uma nova subjetividade entre os povos nativos oprimidos nas suas próprias terras, requer uma reconstrução e valorização após a independência formal para continuar o projeto de descolonização da mente.

Apesar da independência formal, os invasores mantêm o controle sobre as economias por meio das instituições financeiras internacionais, empresas multinacionais e, ainda controlam os recursos naturais e haliêuticos africanos através do impulsionamento de conflitos inter-étnicos e tribais. Para Nkrumah (1965), a independência verdadeira só seria alcançada por meio de uma ruptura com a dependência econômica, com a criação de uma economia auto sustentável que estivesse fora da esfera de controle das potências imperialistas.

4. ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE AMÍLCAR CABRAL PARA AS RI

O esforço de compreender as Relações Internacionais a partir de epistemologias e autores do Sul Global é urgente para o campo. A atual transformação na ordem

internacional, que engloba fenômenos como a re-ascensão da extrema-direita em uma série de Estados e a violência para com imigrantes vindos do Sul Global, demonstra a necessidade de se pensar para além das lentes tradicionais. É nesse sentido que o pensamento de Amílcar Cabral se coloca como atual e importante para compreender essas transformações. É necessário ressaltar que não se trata de trazer uma visão teológica à obra do autor, ou seja, é preciso entender que, como qualquer pessoa de seu tempo, as obras de Cabral tinham limitações (ver, por exemplo, Thomas, 2016). O objetivo é demonstrar que, como materialista que Cabral era, e como suas contribuições revelam elementos que auxiliam a nossa compreensão do concreto, adequando suas categorias e conceitos à conjuntura que se coloca. Desse modo, entendemos a importância de Amílcar Cabral para o pensamento em Relações Internacionais em três frentes: (1) Sua denúncia ao eurocentrismo e a tentativa do projeto colonial em renegar qualquer vestígio de cultura dos povos colonizados; (2) A questão do imperialismo e de como persiste, até os dias atuais, elementos de dominação neocolonial; (3) A necessidade de convergência de ação entre os atores marginalizados no Sul Global.

Se tratando do primeiro ponto, Cabral, como demonstrado, destaca a necessidade de descolonização não apenas das estruturas políticas, mas também da mentalidade e da cultura, domínios em que o colonialismo ainda exerce um poder invisível e persistente. As suas abordagens podem ser vistas na crítica ao sistema internacional moderno, que ainda reproduz desigualdades estruturais em forma de divisão clara entre centro e periferia. O entendimento cabralista sobre o papel das elites locais e a sua relação com o poder imperialista encontra ressonância nas abordagens contemporâneas das RI, como a teoria crítica do campo, que ressalta como o eurocentrismo continua conduzindo o debate e a centralização de temas na área, mesmo que esses não sejam pertinentes a determinados atores.

Para Cabral, as estruturas imperialistas não apenas perpetuam desigualdades internas, mas também alimentam práticas de opressão que afetam de forma decisiva as populações do Sul Global – uma crítica que dialoga com os argumentos de pensadores como Mbembe (2013). Ao abordar essa temática, seu pensamento revela a importância de considerar a dimensão cultural como elemento central para a crítica decolonial, defendendo que o reconhecimento e a valorização das culturas locais são fundamentais para romper com o legado colonial e possibilitar um desenvolvimento autêntico dos povos historicamente marginalizados.

Um outro ponto importante e atual da obra de Cabral refere-se à questão da persistência das ferramentas de dominação neocolonial, principalmente em África. Isso porque, mais de 50 anos após sua morte, muitos países em África ainda se encontram presos nas exatas condições que ele alertou décadas atrás. O “suicídio de classe”, defendido por ele, não aconteceu. Pelo contrário, durante as décadas que seguiram sua morte, deram lugar a governos e elites ainda mais alinhados com as antigas potências invasoras, que aceitavam a posição político-econômico periférica de seus países, em troca de benefícios pessoais (Harrison, 2010). Assim, o neocolonialismo não só ainda é uma realidade presente no continente, como qualquer alternativa de se romper com essas práticas são duramente repreendidas pelas forças ocidentais (Oliveira; Lima, 2022). Assim como na época de Cabral, em que a OTAN apoiou as forças portuguesas contra as forças de libertação nacional do PAIGC, a OTAN continua a ser uma força que atua pela manutenção do neocolonialismo e imperialismo no cenário internacional (Losurdo, 2020)

Por fim, tratando-se do último ponto, Cabral e outros pensadores de sua época, na perspectiva da criação de uma nova ordem internacional pós-colonial, que dê conta de superar os problemas mencionados acima, encontram terreno fértil nas discussões contemporâneas sobre multipolaridade e o papel crescente de países emergentes. Assim, ele propôs uma nova forma de solidariedade entre os países do Sul Global, uma análise que antecipa o conceito de uma ordem internacional multipolar que hoje é debatido por teóricos e acadêmicos críticos das estruturas do poder mundial, dominadas por potências ocidentais (Amin, 2013).

Portanto, no contexto da globalização econômica e de crescimento de potências como a Brasil, China e Índia, as ideias de Cabral, sobre um mundo multipolar e a importância de uma verdadeira autodeterminação são muito relevantes. Cabral defendia a criação de blocos de integração regional que possam fazer resistência ao imperialismo e também criar ideais e possibilidades alternativas para pensar instituições financeiras que possam garantir uma autonomia econômica que facilite a transação comercial e cooperação no sentido lógico ganha-ganha. Essa “Bandung 2.0” deve fazer valer os interesses dos Estados subalternos e, de modo concreto, garantir o aumento da qualidade de vida das populações do Sul Global – algo que só é possível em uma libertação nacional tal como defendida por Amílcar. Nas palavras de Samir Amin:

A África precisa iniciar a segunda onda de libertação, que só pode avançar por meio de uma abordagem de duas frentes:

a) Engajar-se em uma campanha ousada de industrialização, que mal se consolidou durante a era de Bandung; e

b) Assegurar que essa industrialização ocorra em paralelo à reconstrução de uma economia camponesa baseada no acesso universal à terra.

Sobre esses dois pontos, o pensamento de Cabral nunca foi tão relevante (Amin, 2013, p.58).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre a descolonização das mentes e dos corações, proposta por Amílcar Cabral, mantém uma relevância indiscutível nas discussões contemporâneas de RI. Cabral, na sua análise crítica do processo de desocupação e da luta pela independência, não apenas abordou a questão da libertação política e territorial, mas também ressaltou a necessidade de uma verdadeira descolonização cultural e intelectual. Para ele, a autonomia das nações africanas não poderia ser alcançada sem uma profunda mudança na mentalidade das populações invadidas, que precisam se libertar das imposições dos invasores tanto externas quanto internas.

Em um contexto de crescente globalização, em que os legados dos invasores ainda se refletem nas desigualdades estruturais entre o Norte Global e o Sul Global, o pensamento cabralista oferece uma crítica essencial às RI. A sua teoria sobre a centralidade da luta ideológica no processo de descolonização antecipa uma análise contemporânea que reconhece as questões, além das dimensões geopolíticas e econômicas, as RI são também moldadas por narrativas, valores e representações, muitas vezes herdadas das potências invasoras. O legado de Cabral nos convoca a repensar os paradigmas dominantes nas RI, desafiando os discursos hegemônicos e propondo uma visão mais inclusiva e plural.

Isso implica “pensar com as nossas próprias cabeças”, como dizia Cabral, para formalizar as ideias próprias, a partir da epistemologia do Sul Global e propor perspectivas alternativas ao desenvolvimento da periferia, sem necessidade de continuar a reproduzir as narrativas tradicionais. Reforçar os blocos consistentes de integração regional que promova cooperação de igual para igual entre os Estados baseada no respeito às normas e soberania, que seja capaz de impulsionar a comunidade dos cidadãos, que esteja a despeito dos populares. Também, com sensibilidade para adotar as políticas econômicas, sociais e ambientais que refletem a realidade local.

Portanto, a atualidade do pensamento e ideais de Cabral nas RI reside em sua capacidade de vislumbrar as desigualdades persistentes e as dinâmicas de poder entre os Estados, além de oferecer uma metodologia de resistência que alberga uma perspectiva mais ampla da esfera política e econômica. O processo de descolonização das mentes e corações continua sendo um campo principal da ação, não apenas para os países africanos, mas também para todas as nações que buscam construir uma ordem internacional mais justa e equitativa. As RI, assim como as sociedades, precisam enfrentar as heranças dos invasores, promovendo uma transformação genuína que permita uma coexistência mais equilibrada entre os povos, fundamentada no respeito mútuo e na solidariedade.

REFERÊNCIAS

ABADIA, D. M. **As lutas anticoloniais em Guiné-Bissau e Cabo-Verde sob a perspectiva ideológica e a trajetória política de Amílcar Cabral (1960-1974)**. Universidade Federal de Goiás: Doutorado em História. 2018.

ABDULRASHEED, A. Prospects and Challenges of the Arab Spring. A Discourse from Amílcar Cabral's Perspectives on Revolution. **A Discourse from Amílcar Cabral's Perspectives on Revolution**, 2021.

AMIN, S. Cabral's thesis: The suicide of the petit bourgeoisie and the national question in Cape Verde and Guinea-Bissau. In: MANJI, F.; FLETCHER, B. **Claim no easy victories: The legacy of Amílcar Cabral**. 2013.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: Editora Allegro, 2013. BHABHA, Homi. **Nation and Narration**. Routledge, 1990.

BHABHA, H. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

BORGES, S. V. **Amílcar Cabral: Estratégias políticas e culturais para a independência da Guiné e Cabo Verde**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2008.

CABRAL, A. **Mensagem ao povo da Guiné no aniversário da sua luta armada**. 1962a. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/africa/cabral/1962/atun.htm>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CABRAL, A. **Discurso na Conferência da ONU sobre os territórios não autônomos – Quarta Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas**. 1962b. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/africa/cabral/1962/asun.htm>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CABRAL, Amílcar. **Denúncia das atrocidades cometidas pelas tropas colonialistas portuguesas na Guiné-Bissau – Parte 1**. 1963a. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/africa/cabral/1963/atrocities-1.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CABRAL, A. **Denúncia das atrocidades cometidas pelas tropas colonialistas portuguesas na Guiné-Bissau – Parte 2.** 1963b. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/africa/cabral/1963/atrocities-2.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CABRAL, A. **Telegramas enviados à ONU sobre a luta de libertação na Guiné- Bissau e Cabo Verde.** 1963c. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/africa/cabral/1963/cables-un.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CABRAL, A. **Discurso no Conselho de Segurança da ONU sobre a Guiné-Bissau.** 1972a. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/africa/cabral/1972/speech-security-council.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CABRAL, A. **Agressão portuguesa contra a Guiné-Bissau.** 1972b. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/africa/cabral/1972/portuguese-aggression.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CABRAL, A. **Unity and Struggle: Speeches and Writings.** London: Heinemann, 1980.

CABRAL, A. **A Luta pela Libertação Nacional.** Lisboa: Editora 70, 1971.

CABRAL, A. **Colonialismo e Revolução Cultural.** Lisboa: Editora 70, 1972c.

CABRAL, A. **O Processo de Libertação Nacional.** Lisboa: Editora 70, 1972d.

CABRAL, A. **A Luta Revolucionária.** 1973a.

CABRAL, A. **Return to the source: Selected Speeches of Amílcar Cabral.** 110f. 1973b.

CABRAL, A. **A prática revolucionária. Unidade e Luta, volume II.** Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013.

CABRAL, A. **Pensar para agir melhor – Intervenções no Seminário de Quadros, 1969.** Praia – Cabo Verde: Fundação Amílcar Cabral, 2014.

CASTRO-GOMÉZ, S. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la "invención del otro". In: LANDER, E. (Ed.). **La colonialidade del saber: eurocentrismo y ciencias sociales.** Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

CAVALCANTI, A. P.; MORAES, M. C. M.; AMARAL, S. S. M. A prática educativa de Amílcar Cabral no processo de descolonização: diálogos de Freire em África. **Revista de Educação Popular**, v. 20, p. 308-331, 2021.

CONCEIÇÃO, K. B. **O materialismo afro-asiático de Amílcar Cabral.** Universidade Federal do Ceará: Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2023.

DAVIDSON, B. Sobre o nacionalismo revolucionário: o legado de Cabral. In. **Continuar Cabral**, Simpósio Internacional Amílcar Cabral, Cabo-Verde: Editora Alfa Comunicações, p.83-126, 1983.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1961.

Fernandes, F. **A Violência e o Processo de Formação da Sociedade Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

FERREIRA, E. S. **Aspectos do colonialismo português**. Seara Nova, Lisboa, 1974.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **A África ensinando a gente**: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, P. **Pedagogia da tolerância**. Organizado por Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Unesp, 2004.

GUEVARA, C. **Guerilha**: Estratégia e Tática. Havana: Editora Militar, 1960

HARRISON, G. **Neoliberal Africa: The impact of global social engineering**. Bloomsbury Publishing, 2010.

HILSMAN, R. **The Politics of Amílcar Cabral: A Study in Revolutionary Ideology**. London: Zed Books, 1980.

JONES, B. G. Amílcar Cabral and the international: Race, colonialism, liberation. In: **The Palgrave Handbook of International Political Theory**. Cham: Springer International Publishing, v. 1, p. 225-244, 2023.

JONES, B. G. Anti-racism and emancipation in the thought and practice of Cabral, Neto, Mondlane and Machel. In: SHILLIAM, Robbie (eds). **International relations and non-western thought**. Routledge, 2010. Cap.4.

JONES, B. G. Introduction: International Relations, Eurocentrism, and Imperialism. In: JONES, B. G. (Ed.). **Decolonizing International Relations**. Plymouth: Rowman & Littlefield, 2006.

LOPES, C. **O legado de Amílcar Cabral face aos desafios da ética contemporânea**. Brasília, DF, set. 2004. Disponível em: <[http:// pagina-um.blogspot.com/2009/08/o-legado-de-amilcar-cabral-face-aos.html](http://pagina-um.blogspot.com/2009/08/o-legado-de-amilcar-cabral-face-aos.html)>. Acesso em: 25 jun. 2010.

LOSURDO, D. O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer. **Boitempo Editorial**, 2019.

LOSURDO, D. **Colonialismo e luta anticolonial: desafios da revolução no século XXI**. Boitempo Editorial, 2020.

MANOEL, J; FAZZIO, G. L. Revolução Africana. **Uma antologia do pensamento**, 2019.

NGŨGĨ, T. **Descolonizar a Mente**. São Paulo: Editora José Olympio, 1986. NKRUMAH, K. **Neocolonialismo: A Última Estágio do Imperialismo**. Londres: Panaf, 1965.

RODNEY, W. **How Europe Underdeveloped Africa**. Washington, D.C.: Howard University Press, 1972.

OLIVEIRA, G. Z; LIMA, T. B. **Toujours pareil: as relações neocoloniais franco-africanas no século XXI**. Brazilian journal of international relations. Marília, SP. v. 11, n. 1 p. 139-165, jan./abr. 2022.

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

SALES JR, R. **Democracia racial: o não-dito racista**. Tempo social, v. 18, p. 229- 258, 2006.

SANTOS, D. **Amílcar Cabral: um outro olhar**. Espanha: Ed. Chiado, 2014. SARAIVA, T. Black science: Amílcar Cabral's agricultural survey and the seeds of African decolonization. **Isis**, v. 113, n. 3, p. 597-609, set. 2022.

SHILLIAM, R. (org.). **International relations and non-western thought: imperialism, colonialism, and investigations of global modernity**. Iilton Park, Abingdon, Oxon, [England]; New York: Routledge, 2011.

SMITH, S. M.; DUNNE, T.; KURKI, M. (Ed.). **International Relations Theories: discipline and diversity**. Oxford: **Oxford University Press**, 2010.

SOUSA, J. S. **Amílcar Cabral (1924-1973) – Vida e morte de um revolucionário africano**. Lisboa: Nova Vega, 2012.

SPIVAK, G. C. **In other worlds: Essays in cultural politics**. Routledge, 2012.

TOMÁS, A. **O fazedor de utopias, uma biografia de Amílcar Cabral**. Lisboa: Tinta-da-China, 2007.

TOMÁS, A. **Cabral and the Postcolony: Postcolonial Readings of Revolutionary Hopes**. *Postcolonial Studies* 19 (1): v.19, n.1, p. 22–36, 2016.

VISENTINI, P. G. F. **Revoluções e Relações Internacionais: o caso africano**. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*. Porto Alegre. v. 1, n. 1, p. 111-129, jan./jun. 2016.

Recebido: 02/11/2025
Aceito: 05/12/2025